

## **“ESPAÇOS PÚBLICOS NA BAIXA DE LISBOA: VITALIDADE E IDENTIDADE DO SÍTIO”**

O tema que, de uma forma necessariamente resumida, aqui se pretende tratar, não poderia ser mais actual para nós, portugueses e particularmente para os habitantes da cidade de Lisboa.

Com efeito, a área que se convencionou designar por “BAIXA DE LISBOA” ou “BAIXA POMBALINA” e que corresponde muito aproximadamente à área da cidade recriada sob supervisão do Ministro do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal - com o apoio do Eng<sup>o</sup> Manuel da Maia e plano de Eugénio dos Santos, completado por Carlos Mardel, no reinado de D. José I, logo após o grande terramoto de 1 de Novembro de 1755 e violento incêndio que se lhe seguiu, que quase destruíam esta cidade, mantém quase intacta a sua IDENTIDADE, apesar das diversas catástrofes - naturais e “artificiais” - que desde então foram ocorrendo.

Pelo contrário e mais acentuadamente desde o início dos anos 70, a BAIXA tem vindo a perder a sua VITALIDADE, vítima de um “desenvolvimento” económico apressado e sem regra e de uma política de gestão urbanística e patrimonial pior do que inexistente - desastrosa.

### **URBANISMO E VITALIDADE**

Desde sempre o “coração” de Lisboa, a BAIXA concentrava as funções de local por excelência de trocas comerciais, de reunião, de festas e acontecimentos sociais e de lazer, com o do lugar preferencial das sedes das instituições mais representativas do Estado, da Cidade e do sector privado, tendo, simultaneamente, uma forte componente habitacional.

Assume particular importância, igualmente, a relação com o rio Tejo dado que, desde os primeiros estabelecimentos humanos no local, a ligação com o mar é factor preponderante na fixação e no desenvolvimento urbano.

Estas três componentes - HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS (PÚBLICOS E PRIVADOS) E LAZER, conjugadas de uma forma equilibrada, fizeram da BAIXA o local de eleição dos habitantes e visitantes de Lisboa, constituindo-se desde a reconstrução pombalina que veio disciplinar a antiga urbe medieval, num ECOSISTEMA URBANO planeado muito coerente que se permitiu uma evolução (ou CONTINUIDADE) ao longo dos anos, com respeito pela sua IDENTIDADE, salvaguardando memórias e referências.

O Plano de reconstrução Pombalino, sendo renovador na sua concepção de inspiração iluminista, respeita a divisão administrativa pré-existente (Paróquias ou Freguesias) e as memórias de espaços urbanos mais significativos, como por exemplo - TERREIRO DO PAÇO, ROSSIO, RIBEIRA DAS NAUS, CAMPO DAS CEBOLAS - que são disciplinados, “modernizados”.

A ideia de ECOSISTEMA aplicada ao urbanismo, não sendo original, ilustra bem a noção de que, nestas matérias, as partes caracterizam o todo, ou de que o global é feito dos diversos particulares (dos mais ínfimos e quase imperceptíveis aos mais evidentes).

A forma como esta área da cidade de Lisboa evoluiu desde a época de Pombal até há poucos anos, prova que, por outro lado, esta ideia de ECOSISTEMA, de IDENTIDADE do

sítio, do GENIUS LOCI de um determinado lugar, não se traduz, necessariamente, de uma forma estática, permitindo pelo contrário uma CONTINUIDADE que, salvaguardando a IDENTIDADE, está na base da sua VITALIDADE.

Quase que se poderia estabelecer esta fórmula:

$$\text{IDENTIDADE} + \text{CONTINUIDADE} = \text{VITALIDADE}$$

É evidente que determinados sítios, ou monumentos entendidos isoladamente, cujo significado histórico se reveste de uma carga simbólica, "cristalizável", muito marcadamente representativa de uma cultura, de uma época bem definida, de um acontecimento significativo para a História de um Povo - citemos a título de exemplo as Pirâmides no Egito, o Coliseu de Roma, a Acrópole de Atenas ou a Piazza de la Signoria em Florença -, nestes casos, a salvaguarda da IDENTIDADE deverá ser a preocupação dominante. A ideia de CONTINUIDADE, neste contexto, só faz sentido entendida como uma forma de transmissão, de geração em geração, de algo muito específico que é o seu próprio significado ou simbolismo, que constitui por si só a sua VITALIDADE e que, por razões de rigor histórico, deveremos em 1º lugar CONSERVAR.

Voltando à BAIXA POMBALINA, encontramos hoje um desequilíbrio profundo nas suas componentes funcionais-urbanísticas:

- Uma excessiva ocupação de serviços acompanhada por um esvaziamento habitacional.

Este fenómeno, muito característico dos grandes centros urbanos, assume aqui proporções que, nos últimos anos, se podem considerar alarmantes na medida em que a desertificação que se verifica fora das horas laborais, deu origem a toda a espécie de marginalidades e criminalidades que, por sua vez, afastam ainda mais os raros resistentes que, apesar de tudo, continuam a reconhecer aqui potencialidades lúdicas e de local de residência.

Por outro lado, a excessiva terciarização da baixa faz com que, durante o dia, se agudizem de forma insolúvel os problemas de infraestruturas da mais diversa ordem, com sobrecargas de trânsito automóvel, transportes públicos, redes de telefones, eléctricas, etc...

A política da Autarquia, embora reconhecendo agora, muito recentemente, a necessidade de restabelecer o equilíbrio HABITAÇÃO-TERCIÁRIO, outrora existente, continua obstinadamente (salvo raras excepções de que a reconstrução do Chiado constitui um bom exemplo) a canalizar os dinheiros públicos para pseudo-soluções infraestruturais, como parques de estacionamento subterrâneos ou túneis, descaracterizando ainda mais o sítio, ao invés de concentrar a acção no cerne do problema, criando incentivos e apoiando o resurgimento da habitação.

Os incêndios que se verificaram nos últimos anos nesta área muito sensível da cidade, de que se salientam o do CHIADO (Agosto de 1987) e o do edifício dos Paços do Concelho (sede da Autarquia Lisboeta), há poucos dias, poderiam eventualmente ter proporções menos desastrosas (no caso do incêndio do CHIADO isso é evidente) se existissem mais pessoas a residir na área. O alarme seria dado mais cedo, a compartimentação interior dos edifícios, sendo mais densa em habitação, dificultaria mais a propagação das chamas, etc...

A descaracterização da BAIXA por força deste fenómeno, verifica-se também na sucessiva transformação dos espaços comerciais tradicionais e dos cafés - hábito quase extinto na população de Lisboa e que tanto a caracterizava.

Em lugar da Brasileira do Rossio, do Chave d'Ouro, Ferrari e tantos outros, apareceram McDonald's, Megastores e outras pragas do consumismo desenfreado e desinformado que caracteriza os nossos dias.

Sobrevivem algumas referências, como o Martinho da Arcada ou a Brasileira do Chiado entre outras, que, a muito custo, sem qualquer tipo de apoio senão o dos "militantes" que os continuam a frequentar, emprestam à Baixa um encanto que, residindo também na memória histórica e referência cultural que comportam, apesar do risco de desaparecimento eminente, ainda é possível apreciar nestes lugares.

## ARQUITECTURA E CONTINUIDADE

A BAIXA POMBALINA caracteriza-se desde logo por uma grande unidade arquitectónica.

Os edifícios projectados pelo Arquitecto do Senado - o Capitão Eugénio dos Santos - e pelo Eng<sup>o</sup> Mor do Reino - o Major Carlos Mardel, construídos logo após o terramoto de 1755 e que deram origem ao denominado "Estilo Pombalino", apresentavam uma estrutura inovadora, anti-sísmica, que se tornou conhecida vulgarmente por "Gaiola Pombalina" e que se compunha de fundações de estacas de madeira, embasamento e 1<sup>o</sup> piso (térreo) em alvenaria de pedra, de tectos em abóbada e restantes pisos numa estrutura mista de paredes mestras de pedra e travamentos em madeira formando cruces, preenchidos com argamassa e coberturas de estrutura de madeira e revestimento em telha cerâmica. Os vãos exteriores eram guarnecidos com pedra e as caixilharias - portas e janelas - de madeira e vidro.

A composição, de forte sentido rítmico, apresentava um andar térreo com fenestrações amplas e revestimento de pedra, um "piano nobile" de janelas de sacada com guardas de ferro forjado, dois pisos superiores de janelas de peito e um piso de águas furtadas, mais tarde substituído por um andar inteiro, corrido sobre a cornija.

Sujeito a uma urgência produtiva a que a reconstrução da cidade obrigava, a concepção dos edifícios obedeceu a regras rígidas de sistematização dos seus diversos componentes construtivos/arquitectónicos, limitando assim, necessariamente, a variedade de linguagens e riqueza decorativa que só mais tarde o Século XIX viria trazer à BAIXA.

Os edifícios apresentavam fachadas classificáveis em três tipos de composição muito idêntica, em que os pormenores variavam, empobrecendo-se, na medida da importância das ruas em que se implantavam.

A côr das pinturas dos rebôcos das fachadas no início da reconstrução em ocre amarelo - Jalde - veio a adquirir mais grau de liberdade, trazendo assim também alguma variedade ao conjunto.

Nas Praças do Rossio, do Comércio e da Figueira e em áreas limítrofes, dispunham-se alguns edifícios de carácter público ou religioso com características já diferenciadas e de desenho arquitectónico mais elaborado. O traçado das antigas praças, anteriores ao terramoto, era disciplinado, modernizado.

Na cidade pré-pombalina, o Rossio era a praça por excelência do mercado, do encontro e convívio das gentes, enquanto que o Terreiro do Paço, praça real, possuiu sempre um carácter mais emblemático, servindo mais as grandes ocasiões e festejos.

O Rossio, no interior, mais abrigado, proporcionava mais a estadia, as suas arcadas serviam para toda a espécie de actividades - do comércio ao lazer.

O antigo Terreiro do Paço (ainda hoje assim é conhecido) veio a denominar-se Praça do Comércio e, mantendo a sua função de Praça Real, viria a constituir o único lugar da nova cidade a concentrar em si alguns elementos tradicionais da Lisboa anterior ao terramoto, como por exemplo as arcadas, que desapareceram do Rossio e das ruas da Baixa. Esta praça reataria a tradição, disciplinando-a, no quadro ideológico - iluminista - da nova sociedade moderna.

No Século XIX a BAIXA consolidou-se na sua forma definitiva seguindo sempre os planos e modelos arquitectónicos pombalinos, com algumas “novidades” fruto quase sempre de vontades políticas e modas importadas pela burguesia cujo poder se acentuava.

As praças e largos foram sendo pontuados com elementos escultóricos, chafarizes, fontanários, fontes, quiosques, surgem os teatros, a luz eléctrica, os azulejos de exterior e, a pouco e pouco, os estabelecimentos comerciais e cafés renovam-se, com decorações de riqueza e chique invulgar.

A vida quotidiana na BAIXA ganhava um STATUS internacional, tornava-se cada vez mais florescente e animada e, no final do Século XIX, construíam-se novos edifícios de gosto eclético que, substituindo os antigos prédios pombalinos, trouxeram ao coração de Lisboa novos modelos de inspiração francesa.

Apesar das mudanças, a BAIXA mantém uma unidade inconfundível: as escalas respeitam-se, os volumes e cêrceas integram-se no conjunto, os materiais são os mesmos - a pedra lioz, o ferro, os rebôcos pintados em côres pastel - e assim continuamos pelo Século XX dentro, com o aparecimento dos primeiros animatógrafos, dos hotéis de gosto ART-DECO e, mais tarde, de intervenções dos primeiros modernistas em estabelecimentos comerciais.

Os espaços públicos mantêm as suas características, mesmo com o aparecimento dos primeiros transportes públicos e, até ao limiar dos anos 70 em que o fenómeno de terciarização se começa a desenvolver, a BAIXA era um local aprazível, limpo, seguro, de bem-estar e pleno de VITALIDADE.

Nos nossos dias, o desequilíbrio que se observa a nível funcional, urbanístico, transparece para os edifícios com alterações profundas, redutoras e irreversíveis das estruturas originais e, nas novas intervenções de transformação dos edifícios de habitação em escritórios, assiste-se a uma utilização indiscriminada de materiais desajustados sem salvaguardar, sequer (ao contrário do que acontecia, goste-se ou não, com as primeiras obras do modernismo e com as intervenções do Século XIX neste local) uma preocupação de integração de linguagens que, embora muitas vezes radicalmente diversas das pré-existentes - das mais clássicas e revivalistas até às mais abstractizantes - procuravam um entendimento do sítio, respeitando a “gravitas” de uma praça importante, o alinhamento de uma rua ou a dignidade de uma fachada.

Surgem toda a espécie de elementos estranhos ao equilíbrio do ambiente do espaço urbano e dos edifícios - justaposições de anúncios publicitários e mobiliário urbano desadequado, elementos escultóricos desajustados, equipamentos de infraestruturas colocados sem regra e sem preocupação de integração e toda uma série de “colagens” que, sem qualquer controlo ou regra, poluem o sítio, contribuindo também para a sua precipitação no abismo da perda de IDENTIDADE, por desrespeito e ignorância das formas de intervir que, por oposição a este estado das coisas, assegurem uma CONTINUIDADE e, assim, fortaleçam a VITALIDADE do local.

A recente criação dos Gabinetes Técnicos camarários e a adopção de programas de incentivos à conservação e restauro dos edifícios, por muito bem fornecidos de pessoal e de boas intenções, têm-se revelado insuficientes por falta de formação adequada dos seus técnicos e, fundamentalmente, por falta de legislação eficaz, dos meios de a fazer cumprir e, o mais importante de tudo, de esclarecimento e informação das populações para este tipo de questões.

Para Portugal, país em que é ainda muito tímida a acção dos contra-poderes - imprensa, associações cívicas, etc. - que noutros países do Ocidente têm tido um papel preponderante como contraponto de decisões menos informadas dos diversos agentes (particulares e governamentais) intervenientes na Conservação e Restauro de monumentos e de sítios, é extraordinariamente importante o contributo de conferências internacionais como esta que constituem, juntamente com outras iniciativas de carácter internacional, um estímulo importante para as pessoas que, como nós, em Portugal, se empenham na salvaguarda do seu Património.

José Franqueira Baganha  
1996